

---

## O TRABALHO NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO: HIERARQUIAS SOCIAIS, MORADIA E NACIONALISMO\*

Alex de Souza Ivo\*\*

**Resumo:** Os esforços para a industrialização do Brasil resultaram em imensas polêmicas sobre a sua produção petrolífera. Em meio a esses debates começou a exploração do petróleo em terras baianas, o que levou o governo federal a criar, em 1950, uma refinaria de petróleo nas proximidades da cidade de Salvador, a Refinaria de Mataripe. Este artigo pretende discutir as relações de trabalho na indústria do petróleo em terras baianas, enfatizando as hierarquias funcionais, o sistema de moradia e apontando alguns elementos do discurso legitimador construído em torno dessas relações.

**Palavras-chave:** trabalhadores; vilas operárias; indústria petrolífera.

**Abstract:** Brazilian efforts on industrialization brought about a huge controversy on oil production. Amidst these debates, oil began to be extracted in Bahia, what pushed the Federal Government to build, in 1950, an oil refinery at Mataripe, close to Salvador. This paper intends to discuss work relations within oil industry in Bahia, emphasizing functional hierarchies and the lodging system, as well as pointing out some features of the legitimizing discourse weaved around these relations.

**Keywords:** workers; workers' lodging; oil industry.

O processo de consolidação do modelo industrial brasileiro contou com importantes iniciativas comandadas pelo Estado. Entre as décadas de 1940 e 1950, o poder público nacional concentrou esforços para mudar as feições produtivas do país e surgiram neste contexto as chamadas *empresas estatais de primeira geração*.<sup>100</sup> Elas foram o marco inaugural de um modelo de desenvolvimento que buscava colocar o Brasil num novo patamar de desenvolvimento econômico, compatível com as pretensões de parte dos seus

---

\* Este artigo é uma versão revista e condensada do terceiro capítulo da dissertação de Mestrado intitulada "Uma história em verde, amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo (1949-1964)", defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cecília Velasco e Cruz.

\*\* Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia.

<sup>100</sup> São chamadas de empresas estatais de primeira geração aquelas instaladas no ciclo de investimento do pós 1930 e com existência concreta consolidada antes do Plano de Metas. As principais são Companhia Mineradora Vale do Rio Doce, Fábrica Nacional de Motores, Companhia Siderúrgica Nacional Companhia Nacional de Álcalis e a Petrobrás. Ver: DAIN, Sulamis. "Empresa estatal e política econômica no Brasil." In: MARTINS, Carlos Estevam. *Estado e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 141-165.

governantes, que sentiam-se responsáveis pela inauguração de um novo tempo para a sociedade brasileira.

Nenhuma delas, porém, conquistou a dimensão quase mítica que cerca ainda nos dias atuais a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás), empresa que fechou esse ciclo de investimentos estatais no setor produtivo. A empresa foi fruto de uma série de articulações relacionadas ao contorno político adquirido pela questão do petróleo, que desencadeou uma importante campanha popular em defesa de uma solução nacionalista para o problema. Criada oficialmente em outubro de 1953, tinha a responsabilidade de executar o monopólio estatal do petróleo e tornou-se o maior símbolo de uma era de intensas disputas e discussões em torno dos rumos do país. A força de seu nome ganhou ainda mais intensidade com o desfecho trágico da trajetória do presidente que a criou e com as intensas polêmicas e conquistas que permearam toda a sua trajetória. Ademais, as suas semelhanças com suas co-irmãs são muitas.

Tais empresas guardaram entre si nas suas origens, também, uma série de semelhanças no que dizia respeito à forma de lidar com seus trabalhadores. Essas iniciativas, filhas em certa medida do Estado Novo e do getulismo, assumiram a responsabilidade de formar o novo trabalhador brasileiro. Homens que deveriam ser verdadeiros exemplos de esforço, dedicação, disciplina e civilidade. Foi elaborado assim um modelo de relação entre empresas e trabalhadores, que supostamente deveria ser estendido a outras experiências com trabalho fabril no país. Temos como objetivo demonstrar e analisar como essa relação se deu nas atividades da Refinaria de Mataripe.<sup>101</sup> Antes, porém, de entrar nesse assunto específico precisamos dizer algumas palavras sobre a trajetória inicial com a prospecção e o refino do petróleo em terras baianas.

Em janeiro de 1939, após grande insistência de Manoel Ignácio de Bastos e Oscar Cordeiro, os homens do Conselho Nacional do Petróleo confirmaram a existência de petróleo no subsolo baiano. Tal evento fez com que os olhos do país se voltassem para a Bahia e logo este estado tornou-se a principal fonte de esperança para que o Brasil se transformasse em um país produtor de petróleo. Apesar da dificuldade de importação de

---

<sup>101</sup> A atual Refinaria Landulpho Alves – Mataripe (RLAM), situada em território pertencente ao município de São Francisco do Conde (Recôncavo baiano) foi fundada em setembro de 1950 sob o nome de “Refinaria Nacional de Petróleo”, passando em 1956 para o seu nome atual. Como este artigo trabalha com um período em que os dois nomes foram utilizados, decidimos adotar o termo Refinaria de Mataripe, que foi usado para se referir à usina desde o início de suas obras e continuou em voga pelo menos até meados da década de 1960.

materiais, resultante da II Guerra Mundial, o CNP enviou várias turmas de trabalho ao Recôncavo baiano e começou o trabalho de levantamento do seu terreno a fim de descobrir as reais capacidades de produção do local. Os trabalhos, a princípio, não tiveram grande êxito, tanto que em 1943 a produção dos campos baianos não chegava a 1% do consumo nacional.

Somente com o fim da II Guerra e do próprio Estado Novo, os resultados começaram a empolgar um pouco mais. Ao final de 1946, um total de 96 poços haviam sido perfurados e a produção total atingia a casa de 4.200 barris diários. A localidade de Candeias era responsável por mais de 80% desse montante. Com isso, o governo do General Eurico Gaspar Dutra decidiu investir também no refino e começou a tomar providências para erigir uma refinaria que processasse esse óleo. Para isso, selecionou técnicos e formou uma comissão com a responsabilidade de preparar o projeto da primeira refinaria de petróleo sob o comando do Estado brasileiro. Eles, em parceria com a empresa norte-americana Kellogg CO decidiram pela construção de uma unidade fabril com capacidade de refinar 2.500 barris de petróleo por dia.

Os problemas para a realização da obra foram muitos. Começaram pela diminuta quantidade de recursos destinados ao empreendimento e passaram pela escassez de profissionais qualificados e pelos percalços tópicos de uma região de difícil acesso e sem uma estrutura preexistente que comportasse uma indústria de tal porte. Mesmo assim, a despeito de todos esses entraves, as obras caminharam e em setembro de 1950 a Refinaria de Mataripe começava a funcionar. A descrença acerca de seu sucesso foi tamanha que sequer realizou-se uma cerimônia de inauguração. Somente três meses depois, o General Dutra, em evento realizado na capital da República, declarou a refinaria oficialmente inaugurada.

#### A REFINARIA DE MATARIPE, SETORES E HIERARQUIAS DE TRABALHO

No início do ano de 1952, a Comissão de Constituição da Refinaria de Mataripe apresentava ao Conselho Nacional do Petróleo um relatório detalhado sobre o seu primeiro ano efetivo de atividades. Encontramos nesse relatório a única descrição produzida na época sobre o funcionamento interno da refinaria. Nele, os redatores apresentaram os diferentes

setores de trabalho e os seus resultados no primeiro ano efetivo de atividades da usina. Essa descrição é bastante útil, pois nos permite entender o funcionamento de uma refinaria de petróleo e os seus principais setores na área de produção. Mataripe, em 1951, estava dividida em sete setores: administração geral, contabilidade, manutenção, produção, médico-social, segurança e vigilância e o setor comercial. Não citada como setor da refinaria no relatório, mas também dotada de grande relevância para a nossa análise era a divisão de obras, pois as ampliações foram constantes nos primeiros onze anos de funcionamento da usina e empregaram um grande número de operários. Nosso foco será direcionado para os setores de produção, manutenção, segurança, vigilância e obras, pois estas eram as áreas mais importantes para o funcionamento e a expansão da refinaria naquele momento, bem como porque lá estavam os seus operários.

Mataripe tinha em seu setor de produção a sua área mais importante. Ali o petróleo bruto era transformado em derivados, que deveriam ser entregues ao mercado consumidor. Nele, a tensão que existia entre operadores e engenheiros, uma das mais marcantes desses primeiros anos, ficava evidente. O refino do petróleo nessa época já funcionava segundo o regime de processo contínuo, ou seja, os operadores não tinham contato direto com os produtos que trabalhavam. Assim, as etapas de produção passavam por uma definição prévia e a instrução aos equipamentos, decidida e planejada pelos engenheiros, se fazia de forma automática. A função dos operadores era garantir que esse fluxo predefinido de tarefas não se alterasse.<sup>102</sup> Suas atividades para terem sucesso precisavam ser exercidas com um alto nível de abstração. Os operadores de Mataripe (como os operadores de processo contínuo de um modo geral) não viam o produto circulando pela tubulação, mesmo assim necessitavam identificar o seu acontecimento através de indicadores fornecidos pelos seus equipamentos de trabalho e ampliados pela sua experiência na área.<sup>103</sup>

Os dois principais profissionais dessa área eram o operador e o operador chefe. O primeiro (existiam vários por equipe de trabalho) tinha por função acompanhar as etapas de realização do trabalho, verificar se todos os procedimentos programados aconteciam dentro

---

<sup>102</sup> AGIER, Michel; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. "Técnicos e peões: a identidade ambígua." In: AGIER, Michel; CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (Orgs.). *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 42-44.

<sup>103</sup> FERREIRA, Leda Leal; IGUTTI, Aparecida Maria. *O trabalho dos petroleiros: perigoso, complexo, contínuo e coletivo*. São Paulo: Scritta, 1996, p. 21-22.

da normalidade e tomar as providências necessárias quando algo de errado acontecesse. Cabia ao operador chefe, por sua vez, a responsabilidade de supervisionar o trabalho da equipe de operadores e seus auxiliares. Competia a ele zelar pela disciplina e pelo bom funcionamento do trabalho, bem como estabelecer uma ponte entre a área de produção propriamente dita e os engenheiros chefes de setor.<sup>104</sup> As medidas técnicas e disciplinares não eram tomadas necessariamente por ele, mas as suas prerrogativas de avaliar e relatar o que achasse relevante às chefias colocava-no numa situação delicada e complexa, que podia envolver tanto companheirismo e amizade com os seus comandados como tensões expressas pela alcunha de alcagüete e “puxa-saco” dos superiores.

Os operadores-chefes, entretanto, aproximavam-se bastante de seus subalternos, construindo uma identidade de oposição em relação aos engenheiros. A análise de Agier e Guimarães, em estudo sobre a forma de trabalho e a criação de identidades entre os trabalhadores do pólo petroquímico baiano na década de 1980 nos ajuda a decifrar essa oposição. Os autores identificam algumas características que podem perfeitamente ser extendidas ao trabalho nos primeiros anos de operação de Mataripe.

Para esses estudiosos, os operadores construíram sua identidade autodenominada de “peões” em oposição à “tradição bacharelesca e ‘doutoresca’” dos profissionais de nível superior, os “doutores”. A marca essencial dessa distinção é a hierarquia e os símbolos de subordinação e superioridade associados a ela. Segundo os autores, existe uma espécie de monopólio de poder por parte dos engenheiros, e por isso as áreas de produção consolidam-se “como territórios despoticamente comandados por engenheiros (...) no sentido exato de que o arbítrio da autoridade fabril, na prática, não encontra limites legais, pois não existem canais ou mecanismos formais de negociação de agravos”. Esses símbolos de autoridade não aparecem somente no local e nas funções do trabalho, mas existem sobretudo no controle do prestígio social e em uma série de benefícios correlatos.<sup>105</sup> O quadro social pintado aproxima-se muito de vários relatos dos primeiros anos da indústria petrolífera, nos quais os engenheiros aparecem como detentores autoritários do poder, homens que não levavam em conta as necessidades dos funcionários e recebiam as maiores regalias da direção da

---

<sup>104</sup> FONTES, Lauro Barreto. *Catálogo das ocupações qualificadas*. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisas do Petróleo, 1963, p. 73-74.

<sup>105</sup> AGIER e GUIMARÃES, op. cit., p. 45-50.

empresa, afinal faziam parte do mesmo segmento social que controlava e ditava as regras no espaço de trabalho.

Existe um sentimento de insatisfação dos operários diante dos engenheiros, que se manifestava nas falas coevas, difundidas pela imprensa comunista e da época e, ainda hoje, nos relatos orais sobre este período. A memória coletiva da categoria petroleira recorre sistematicamente a episódios de perseguição e injustiça cometidos pelos engenheiros. O início das atividades de extração e refino de petróleo é lembrado como um tempo de despotismo e excessos, no qual as demissões eram tão comuns e arbitrárias que chegavam a ser feitas e despachadas em papéis de cigarro, bem como eram corriqueiras as agressões físicas aos menos qualificados. “Eu vi muito caso de chefe botar o ‘peão’ dentro de uma sala e dar na cara dele”, nos relata o laboratorista aposentado Flordivaldo Dultra.<sup>106</sup> Essas histórias não marcam somente as lembranças dos funcionários de Mataripe, pois se apresentam também na fala dos homens da Região de Produção, que recordam casos negativos provenientes de sua relação com os tais “doutores”.

Este é o caso de José Carlos de Souza Vivas, auxiliar de produção na área de extração, que relata um episódio de perseguição sofrido por ele, no qual recebeu uma punição que considerou excessiva, sendo rebaixado de função pelo engenheiro-chefe do campo de São Sebastião:

Eu era operador de poço, o carro quebrou e o engenheiro todo poderoso achou que eu que teria quebrado o carro, eu disse: ‘doutor, eu não quebrei carro, não’. [...] O engenheiro-chefe nessa época fez o seguinte: ‘você quebrou o carro’, me tirou dessa função, me rebaixou para outra e me deu cinco dias de suspensão. Aí eu disse, procurei o advogado da empresa e disse: ‘doutor, segundo meu pouco conhecimento, mas me parece que um corpo não pode sofrer duas penas e é o que tá acontecendo comigo’. Como assim? ‘O engenheiro chefe daquele campo me rebaixou de função e me deu cinco dias de suspensão. Ele pode fazer isso?’. E simplesmente disse: ‘quem determinou foi ele, é ele que manda!’. Sindicato nessa época nem se falava, você não tinha defesa, teve que recorrer ao próprio advogado da empresa. O que é que vai fazer? ‘Você tem que assinar porque afinal de contas o homem é o chefe e quem manda aqui é ele’.<sup>107</sup>

---

<sup>106</sup> Depoimento do laboratorista e dirigente sindical Flordivaldo Maciel Dultra, lotado na Refinaria de Mataripe e contratado pela empresa em 1954. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 28 de julho de 2006.

<sup>107</sup> Depoimento do auxiliar de produção José Carlos de Souza Vivas, lotado no campo de São Sebastião e contratado pela empresa em 1957. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 15 de janeiro de 2007.

Como podemos ver, o operário apresenta uma situação na qual não importaram os seus argumentos e nem mesmo as providências legais tomadas por ele. O próprio advogado da empresa lembrou ao trabalhador queixoso que pouco poderia fazer em relação ao seu pleito, pois o engenheiro “manda” e cabia aos outros obedecerem.

Se as lembranças do embate são comuns, é importante dizer que nas falas dos operários aposentados aparecem também histórias em que o poder dos engenheiros ao invés de ser desafiado ou combatido, servia para que operários tivessem atitudes inovadoras. Eles podiam usar sua inteligência para conseguir, sem questionar a estrutura de poder vigente, transformar o seu desejo em algo aceito pelos engenheiros.<sup>108</sup> É o que nos conta o torrista<sup>109</sup> Bóris, também lotado na extração, que desejoso por jogar futebol de salão, forma de lazer proibida pelo engenheiro do campo onde trabalhava, usou de todo seu artil e “sabedoria”, dialogando com o seu superior até lhe convencer que não havia problema nenhum na realização de partidas de futebol em pequenos espaços, afinal usando um terreno de menores dimensões para a prática esportiva, o operário cansava-se menos e ia para o seu trabalho bem menos desgastado.<sup>110</sup>

Contudo, a posição antipática ocupada pelos engenheiros não deve ser entendida como o único fator explicativo para a construção de laços mais fortes entre operadores, auxiliares e outros operários. O caráter coletivo e arriscado das atividades de extração e refino do petróleo também concorreu para a construção de uma ética de solidariedade entre os diferentes operários nela envolvidos. A boa comunicação e camaradagem iam além das que surgiam somente entre os membros de uma mesma turma de trabalho. O risco de acidentes em uma refinaria imprimiu aos operadores uma ética de trabalho na qual eles passaram a enxergar que sua própria vida e as de seus colegas dependiam da atenção e da eficiência do trabalho que eles desempenhavam. Não por acaso, criaram um espírito de confiança que nascia no grupo e estendia-se aos chefes e subordinados. Esses laços fortaleciam-se com as idéias nacionalistas e de ambiente familiar que tiveram forte presença

---

<sup>108</sup> A bibliografia recente sobre a história social brasileira demonstra como atores sociais subalternos construíram essa estratégia para conseguir garimpar pequenos espaços no sistema social que estavam inseridos. Ver, dentre outros: CHALHOUB, Sidney. Diálogos políticos em Machado de Assis. In: Idem; PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (Orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 95-122.

<sup>109</sup> Profissional que executava e acompanhava as atividades das bombas de lama, sob a supervisão do sondador. FONTES, op. cit., p. 106.

<sup>110</sup> Depoimento do torrista Bóris Tondroff, lotado na Região de Produção da Bahia e contratado pela empresa em 1954. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 05 de agosto de 2006.

na indústria do petróleo nacional, pois o trabalho nas empresas estatais era tido como algo que tinha a função explícita de cuidar de seus trabalhadores, tidos pelo Estado até então como desprotegidos pelos poderes públicos e pela sociedade de um modo geral.

Um outro dado que parece relevante é o baixo nível de instrução comum a operários dos mais diversos níveis. Essa semelhança na escolaridade garantiu gostos e hábitos sociais parecidos e ainda reforçava a oposição entre os “peões” e os “doutores”. Sabemos que, na sua fase de implantação, a indústria do petróleo empregou mesmo em funções muito relevantes operários que não tinham uma longa trajetória no ensino formal. Eles valorizavam o conhecimento prático em detrimento do saber formal. Até finais da década de 1950, os operadores contratados não tinham passado muito tempo nos bancos das escolas.

Os números referentes ao nível de instrução dos operadores de Mataripe ajudam a demonstrar a questão. Do universo total dos dois mil seiscientos e vinte e seis trabalhadores listados no Sindipetro/Refino, conseguimos localizar a função exercida por dois mil quatrocentos e oitenta e oito deles. Desse total, duzentos e setenta e nove trabalhadores foram registrados como operadores e chefes de operadores.<sup>111</sup> Conseguimos cruzar informações sobre escolaridade e função para duzentos e trinta e três destes operadores e identificamos que praticamente 60,1% (somamos os operadores com ensino primário e ginásial), mais da metade deles, tinham estudado somente até o ginásial (equivalente ao atual ensino fundamental). Esses dados apesar de demonstrarem o caráter mais seletivo dos postos de operador, reforçam a tese do distanciamento e oposição entre eles e os engenheiros, pois era bastante acentuada a diferença de instrução entre estes dois grupos de profissionais.

TABELA 1: RELAÇÃO DE ESCOLARIDADE ENTRE OS OPERADORES DA INDÚSTRIA DO REFINO DE PETRÓLEO.

<i>Função</i>	<i>Primário (%)</i>	<i>Ginásial (%)</i>	<i>Secundário (%)</i>	<i>Total (%)</i>
Operadores	95 (40,8)	22 (9,4)	71 (30,5)	<b>188 (80,7)</b>
Operadores chefes	21 (9)	2 (0,9)	22 (9,4)	<b>45 (19,3)</b>

<sup>111</sup> Em meio a essa categoria mais genérica de operadores e chefes de operadores encontram-se: operadores chefes de processo, operadores chefes de estocagem, operadores chefes de transferência e estocagem, operadores chefes de utilidades, operadores de processo, operadores de estocagem, operadores de transferência e estocagem, operadores de utilidades.

<b>Total</b>	<b>116 (49,8)</b>	<b>24 (10,3)</b>	<b>93 (39,9)</b>	<b>233 (100)</b>
--------------	-------------------	------------------	------------------	------------------

**Fonte:** Fichas de filiação sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Refinação e Destilação do Petróleo do Estado da Bahia (Sindipetro – Refino).

Se por um lado, os operários trataram de se reconhecer enquanto grupo, fortalecendo seus laços de identidade e solidariedade, por outro lado, os engenheiros e chefes faziam o mesmo. Os aumentos salariais, por exemplo, eram pleiteados de forma diferenciada. Em 1954, enquanto os operários concentravam esforços para a construção de sua entidade sindical que proporcionasse canais de diálogo relacionados às suas condições de trabalho, o químico Roque Perroni, advogando pela causa de seu grupo, negociava na sede da Petrobrás, na cidade do Rio de Janeiro, aumento de ordenado para os chefes de setores. O superintendente, em reunião de diretoria da Petrobrás, no mês de junho, solicitou reajuste salarial para os postos de chefia, sob o argumento de que se tratava de um “imperativo [...] ante o aumento do custo de vida e as solicitações do mercado de trabalho”. Seu sucesso foi parcial, uma vez que o reajuste autorizado foi somente de 50% do que fora solicitado.<sup>112</sup>

Perroni três meses depois voltaria a insistir em seu pedido. Falava de um descontentamento entre os empregados da refinaria, não obstante o aumento concedido a partir do último 1º de junho, o que poderia levar à perda desses homens para as refinarias particulares. A decisão dos membros da diretoria da estatal foi de que apesar da insatisfação geral, Perroni apresentasse na reunião seguinte quais os “homens-chave”, que não poderiam ser perdidos para as refinarias particulares e que somente sob essa condição fosse estudada a concessão de algum aumento para eles.<sup>113</sup> Três dias depois, na reunião do dia 06, Perroni cumpriu o solicitado. Decidiu-se, então, que seriam aumentadas as gratificações de Rolf Jank (chefe do Serviço de Produção), Petrônio Areia Leão (chefe do Serviço de Manutenção), José Roberto Maria Filipponi (Assistente de Produção), Eduardo Leonardo Mattesco (Chefe de Laboratório) e Alfredo Cunha Wanderley (Assistente de Manutenção). Foi autorizado ainda o aumento de no máximo mil cruzeiros nas gratificações dos demais

<sup>112</sup> Ata de reunião ordinária da Diretoria Executiva da Petrobrás, 19 de junho de 1954. CPDOC-FGV, AL pda 1954.04.02, doc. I127.

<sup>113</sup> Ata de reunião ordinária da Diretoria Executiva da Petrobrás, 03 de setembro de 1954. CPDOC-FGV, AL pp 1954.09.03, doc. I1.

chefes de setor.<sup>114</sup> Todos os chefes e mais dois assistentes diretos foram contemplados pelo aumento e parece que isto foi o suficiente para cessar o “descontentamento” que antes reinava “entre os empregados”.

Voltando ao funcionamento de Mataripe propriamente dito, além do setor de operações merece destaque o de manutenção. Tratava-se, na verdade, de um setor estratégico e fundamental para o funcionamento da usina. O alto custo dos equipamentos e a necessidade de que seu funcionamento fosse ótimo para que a produção não se interrompesse, fazia com que as cobranças sobre os operários dessa área fossem intensas.

No que diz respeito ao setor de manutenção, a falta de uma estrutura de serviços pré-existente associada à localização relativamente distante da cidade de Salvador impôs uma alteração nos planos dos construtores da unidade. Os gestores desejavam aplicar no Brasil um modelo semelhante ao adotado pela indústria norte-americana, no qual se mantinha no quadro de funcionários uma “diminuta turma de manutenção”, responsável pela realização de serviços básicos, e se contratava “companhias especializadas” para a realização dos demais serviços. Mas isso não pôde ser implementado. Não havia na região nenhuma firma que pudesse ser contratada.

Para realizar esse trabalho a estatal teve que contar, portanto, com os seus próprios operários. Daí o alto número de funcionários empregados neste setor, fato que é confirmado pelas fichas de filiação sindical. Localizamos um total de trezentos e quarenta e nove funcionários lotados no setor de manutenção, número que perfaz 17,8% do quadro geral de trabalhadores empregados em setores identificados da Refinaria.<sup>115</sup> Eram eles mecânicos, soldadores, eletricitas, ajustadores, caldeireiros, serralheiros, capoteiros, carpinteiros e seus respectivos auxiliares. Estes profissionais executavam funções tanto preventivas como emergenciais. Seu trabalho era realizado de forma interligada com o pessoal de operação. Apesar de existirem inspeções e reparos preventivos, muitos dos problemas existentes nos equipamentos da indústria podiam ser identificados pelos operadores e seus auxiliares e comunicados à equipe de operação, e esta, a partir daí, realizava seu trabalho.

---

<sup>114</sup> Ata de reunião ordinária da Diretoria Executiva da Petrobrás, 03 de setembro de 1954. Idem, doc: I4.

<sup>115</sup> Não consideramos, para esse cálculo, os cento e três filiados do Sindipetro que trabalhavam no Complexo Petroquímico nem os cento e noventa e seis que trabalhavam no Terminal de Madre de Deus. Além deles, trezentos e cinquenta e quatro filiados apesar de trabalharem em Mataripe, não tiveram seu setor de trabalho informado na ficha de filiação sindical.

Por outro lado, como as instalações da Refinaria foram feitas próximas ao mar e a refrigeração dos equipamentos era feita com água salgada, os efeitos da salinidade do ambiente precisavam ser combatidos de forma constante.<sup>116</sup> Ou seja, por essa e outras razões, os operários da manutenção estavam sempre em ação, e trabalhando de forma coordenada com o setor de operação.

Apesar de terem obrigação de conhecer o equipamento tanto quanto os operadores, sua relação com as máquinas se dava de uma forma diversa da de seus colegas de operação. Enquanto os primeiros tinham responsabilidade pelos momentos de normalidade do trabalho, os profissionais de manutenção agiam quando da existência de algum problema. Esses profissionais, tanto pelas necessidades de seu trabalho quanto pela própria condição social e educacional predominante entre eles, aproximaram suas demandas daquelas defendidas pelos técnicos e demais operários de menor qualificação, fortalecendo a criação da identidade dos peões em oposição aos engenheiros.

Além dos setores de operação e manutenção, cabe mencionar ainda a área de segurança industrial, que tinha as prerrogativas de vigilância e combate a acidentes. A vigilância propriamente dita tinha como função proteger o patrimônio, evitando roubos e furtos, e garantir a circulação somente de pessoas autorizadas nas diferentes áreas da refinaria. Já a segurança envolvia ações de brigadas antiincêndio e proteção aos equipamentos. A fusão dessas duas competências em um mesmo setor no organograma de Mataripe talvez tenha acontecido por conta de que a responsabilidade por chefiá-las competisse a uma só pessoa, o militar da reserva, Coronel aviador Edgard Azevedo Moreira. A presença de um militar no comando desse setor e as medidas que envolviam a vigilância de uma indústria estratégica gerou diversas queixas contra as supostas arbitrariedades praticadas pela equipe comandada por Moreira.

Esse fato, contudo, não foi uma novidade nas jornadas de trabalho das empresas estatais. Na bibliografia sobre o assunto é recorrente a menção à presença de um corpo de guardas com aspectos paramilitares dentro dos ambientes de trabalho. Regina Morel identificou uma força desse tipo responsável por zelar pela disciplina e conter os excessos e as bebedeiras dos operários na “cidade do aço”. A chefia desse corpo de guardas –

---

<sup>116</sup> Rel. de funcionamento da Refinaria Nacional de Petróleo de 1951, apresentado pela Comissão de Constituição da Refinaria ao Conselho Nacional de Petróleo, fl. 12-13. CPDOC-FGV, AL cnp 1945.07.31, doc. IV30.

apelidado de “cabeças de tomate” – era feita também por um militar da reserva, o Coronel Luiz Oliveira Fonseca. A autora demonstra que os homens desse setor são lembrados pelos operários “como figuras extremamente violentas”, mas cujas práticas eram consideradas legítimas, pois a presença de “valentões” – geralmente identificados como nortistas e nordestinos – e as constantes brigas só poderiam ser contidas com ações desse tipo.<sup>117</sup> Já Ramalho afirma que na Fábrica Nacional de Motores, durante os seus primeiros anos de funcionamento, a gestão militarizada do espaço de trabalho foi uma característica marcante. A presença direta de militares, bem como sanções e punições típicas das forças armadas deram à fábrica o aspecto de um quartel, chegando ao extremo, durante o Estado Novo, de ser instalada uma jaula no pátio central da fábrica para punir exemplarmente os operários acusados de roubo.<sup>118</sup>

Há evidências que demonstram práticas em Mataripe que se aproximavam das existentes em suas congêneres instaladas no Rio de Janeiro. Em outubro de 1950, por exemplo, o auxiliar de topógrafo Anísio Lima escreveu ao jornal *O Momento* contando que os “vigias ou guardas”, chamados pelo missivista de “capangas dos americanos”, agrediram, em parceria com o Sr. Moreira, um operário que havia sido demitido e tinha voltado à refinaria em busca de seu salário.<sup>119</sup> Quatro anos mais tarde, Moreira reapareceu nas páginas do jornal comunista. Nesta oportunidade, o chefe de segurança foi qualificado como um “verdadeiro carrasco”, homem que “por qualquer pequeno motivo [...] manda[va] demitir um trabalhador”. Moreira era, nas palavras do redator, o “xerife de Mataripe”, alusão que caracterizava o seu poder de polícia, e ao mesmo tempo os supostos desmandos praticados pelo chefe de origem militar.<sup>120</sup>

Mesmo com um certo exagero, típico da imprensa militante, essa observação não deve ser desprezada, pois os guardas e o seu chefe Moreira não foram apontados como agentes da ordem somente pelos articulistas da folha comunista. Eunápio Costa relata que em uma certa ocasião a Sr<sup>a</sup>. Maria Helena, esposa de um operário, recusou-se a levantar de um lugar no cinema de Mataripe que era reservado a um engenheiro. Para solucionar o

<sup>117</sup> MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *A ferro e a fogo: construção e crise da ‘família siderúrgica’*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989, p. 89-93.

<sup>118</sup> RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*. R.J: Paz e Terra, 1989, p. 58-74.

<sup>119</sup> *O Momento*, Salvador, 28 de outubro de 1950, fls. 2 e 5. Biblioteca Pública do Estado da Bahia – Setor de Periódicos Raros. Doravante: BPEB-SPR.

<sup>120</sup> Idem, 27 de outubro de 1954, fl. 2.

impasse foi chamado ao local o “durão Moreira”, que não conseguiu retirar a senhora do lugar em que havia se acomodado.<sup>121</sup> Tais fatos, mesmo que relatados de forma muito breve, servem como exemplo da forma de ação da vigilância na indústria do petróleo e o seu papel no enquadramento dos trabalhadores às normas estabelecidas pelos gestores da empresa. Parece-nos que a existência de um setor com as funções e práticas descritas acima concorreu para aumentar as tensões e insatisfações dos trabalhadores, sobretudo aqueles que se encontravam na base da hierarquia e que estavam, portanto, mais susceptíveis a se tornarem “alvo” da vigilância da equipe de Moreira.

Por fim, cabe dizer algumas palavras sobre a Divisão de Obras. Apesar desse setor não constar na relação feita pelo Relatório de 1951, ele deve ter crescido com o passar do tempo, pois a Refinaria de Mataripe se transformou num verdadeiro “canteiro de obras” em seus primeiros 11 anos de existência.<sup>122</sup> Logo após o início das atividades decidiu-se pela duplicação da capacidade de refino da usina, mas a obra propriamente dita só veio a ser iniciada dois anos depois, em 1953. Em 1954 foi terminada essa fase de ampliação, quando começaram a operar as unidades 2 e 3. Isso garantiu que a capacidade de refino duplicasse e atingisse a casa de 5.000 barris de petróleo por dia.<sup>123</sup>

Mais uma vez, com a garantia do sucesso das atividades da refinaria, foi projetada uma nova ampliação. Era o ano de 1956. Após a finalização do projeto que previa a construção de mais 11 unidades e o aumento da Unidade 1, o que garantiria a Mataripe uma capacidade de refino de 20.000 barris de petróleo por dia. Dois novos produtos seriam incluídos na lista de derivados provenientes da refinaria: lubrificantes básicos e parafinas. Era a “Grande Ampliação”, obra que durou até o ano de 1961 e mobilizou, segundo Eunápio Costa, um contingente de cerca de seis mil homens.<sup>124</sup> Eles eram, em sua grande maioria, funcionários contratados por firmas terceirizadas, mas trabalhavam juntamente com outros tantos homens pertencentes aos quadros da Petrobrás. Os operários da construção perfizeram nas fichas de filiação ao Sindipetro um total de duzentos e vinte homens, distribuídos entre as funções de pedreiros, carpinteiros, ajudantes e trabalhadores braçais.

---

<sup>121</sup> COSTA, Eunápio. *No rio dos papagaios: histórias, casos e causos mataripenses* Salvador: Gráfica e Editora Arembepê, 1990, p. 138.

<sup>122</sup> Expressão usada por Jairo José Farias para descrever Mataripe quando da sua chegada. In: Depoimento do arquiteto e superintendente de Mataripe (1962-1963) Jairo José Farias, e contratado pela empresa em 1957. Entrevistadores: Alex de Souza Ivo e Daniele Santos de Souza. Entrevista realizada em: 19 de junho de 2007.

<sup>123</sup> COSTA, op. cit., p. 147.

<sup>124</sup> Idem, p. 162.

Considerados os trabalhadores menos qualificados, os “peões brabos” com pouca instrução, e dispostos a confusões, bebedeiras e tumultos, tinham que ser às vezes “disciplinados” pelo pessoal da segurança.<sup>125</sup>

Quando observamos o nível de instrução desses homens que serviam nas obras de Mataripe, podemos ter uma idéia mais precisa das causas do preconceito e da preocupação para com eles, pois não encontramos na Divisão de Obras nenhum operário que tenha cursado o ginásio e o ensino secundário. Dos duzentos e três homens que serviam nesse setor, sete (3,4%) eram analfabetos, 10 (4,9%) eram alfabetizados e cento e oitenta e seis (91,7%) tinham o ensino primário.<sup>126</sup> Além disso, observamos que os analfabetos aí presentes perfaziam um terço do total de Mataripe e os apenas alfabetizados cerca de um sexto. Mesmo assim, não há referências a qualquer preocupação com a formação técnica desse pessoal por parte da Petrobrás e do CNP. As únicas menções à educação desses trabalhadores dizem respeito à sua alfabetização. Certamente a maioria deles estava incluída no grupo chamado de *laborés*, termo usado para designar os trabalhadores menos qualificados da refinaria e dos campos de extração.

É provável que a origem desse nome esteja relacionada ao convívio entre brasileiros e norte-americanos nos primeiros anos da extração e do refino de petróleo na Bahia. Segundo Mário Lima, dirigente sindical no período, o termo nasceu através da forma que os americanos chamavam esses trabalhadores menos qualificados.<sup>127</sup> A expressão inglesa “labor”, usada para caracterizar trabalho ou labuta gerou provavelmente o termo “laborer” para designar exatamente o trabalhador de menor qualificação, que executava trabalhos braçais. Daí para a criação da corruptela *laboré* foi um passo bastante pequeno. A primeira descrição do grupo pode ser encontrada nas páginas de *O Momento*:

De todos os empregados nos campos, ninguém é mais miserável e mais explorado do que os trabalhadores braçais, apelidados de *laboré*. Os piores serviços são entregues a eles. Seu salário não passa de Cr\$ 1,70 por hora. São os párias de Mataripe. Moram em

---

<sup>125</sup> Depoimento do vigilante Raimundo Lopes, lotado na Refinaria de Mataripe e contratado pela empresa em 1958. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 27 de outubro de 2006.

<sup>126</sup> Fichas de filiação sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Refinação e Destilação do Petróleo do Estado da Bahia (Sindipetro – Refino). Memorial do Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico e Petroleiro do Estado da Bahia.

<sup>127</sup> Depoimento do operador chefe e dirigente sindical Mário Soares Lima, lotado na Refinaria de Mataripe e contratado pela empresa em 1958. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 18 de abril de 2007.

choças e trabalham na sua maior parte na “Coréia do Sul”, região de Mataripe que abastece a Refinaria de água, mas onde as condições de insalubridade são terríveis.<sup>128</sup>

De acordo com a descrição, os *laborés* ocupavam a base da pirâmide hierárquica da indústria do petróleo. Recorrentemente apareceram como aqueles que tinham os seus direitos menos respeitados, além de serem tachados de incompetentes e ignorantes até mesmo por aqueles que diziam defendê-los. O jornal comunista, ao criticar na mesma matéria o despreparo dos chefes brasileiros e dos técnicos americanos, valeu-se dos mesmos adjetivos comumente lançados contra eles. Os técnicos criticados eram para o jornal “tão ignorantes em montagem quanto os *laborés*”. Esses homens pouco qualificados apesar de terem sido tão depreciados e de terem sua dignidade e capacidade de trabalho negada por várias pessoas da época, formaram a maior parte da força de trabalho da indústria que existia para garantir a “redenção econômica do país”, e suas principais demandas foram peças-chave no projeto de ascensão e de disputas políticas dos sindicatos dos trabalhadores do petróleo, conforme veremos mais adiante.

#### A FACE VISÍVEL DAS DIFERENÇAS: MORADIA, ALOJAMENTOS E TRANSPORTE

A localização da Refinaria de Mataripe, construída às margens da Baía de Todos os Santos, nas proximidades da principal área produtora de petróleo do Recôncavo baiano, o campo de Candeias, distante cerca de 60 km de Salvador, acabou por afetar as relações entre os diferentes estratos de trabalhadores presentes naquele local de trabalho. Diante da carência de um sistema eficiente de transporte, bem como das péssimas condições das estradas de rodagem que ligavam Salvador à refinaria, a primeira solução ventilada e posta em prática foi a construção de um conjunto residencial, mais tarde batizado de Vila de Mataripe. Lá morariam os profissionais considerados indispensáveis ao funcionamento da refinaria.

Já no relatório de 1949 os construtores de Mataripe manifestavam o interesse em criar uma estrutura que garantisse condições para que os técnicos e operários indispensáveis ao funcionamento da Refinaria se estabelecessem juntamente com suas famílias em seu local de trabalho. No final daquele ano o projeto da construção de uma vila

---

<sup>128</sup> *O Momento*, Salvador, 24 de outubro de 1950, fl. 2 e 5. BPEB-SPR.

operária começou a ser preparado.<sup>129</sup> No ano seguinte as obras se iniciaram e foram concluídas em 1951. Eram 62 casas ao todo. Delas, 50 eram de modelo pré-fabricado e 12 de alvenaria. Mais tarde, esse número chegou a um total de 162 residências.<sup>130</sup> Junto com elas, foi construída pelo CNP uma estrutura mínima de lazer e serviços. Tratava-se de “1 um barracão adaptado para cinema; 1 barracão adaptado para cantina; 1 posto médico, em construção provisória; 3 barracões diversos para alojamento de pessoal”.<sup>131</sup> Foram sem dúvida medidas adotadas para facilitar a fixação de um pessoal mais qualificado, notadamente de origem urbana, convidado a se instalar em uma região rural, inóspita e com poucas opções de lazer.

Os dados coletados sobre os filiados ao Sindipetro trazem algumas informações sobre os moradores da Vila. Localizamos ao todo cinqüenta e nove associados que residiam na Vila de Mataripe, o que perfaz cerca de 36% dos que foram seus moradores. Com base nesses dados, concluímos que existem algumas diferenças entre esses números e os que dizem respeito ao quadro geral de associados ao sindicato do refino. Os números referentes ao nível de instrução, por exemplo, modificam-se significativamente, pois enquanto no cômputo geral dos associados ao Sindipetro/Refino 63,3% dos trabalhadores haviam cursado somente o ensino primário esse número cai para 45,3% entre os moradores da Vila de Mataripe. Ademais, os trabalhadores que haviam completado o curso secundário saltam de 21,9% para 39,6%. Merece destaque, por fim, a mudança percentual também verificada na cor dos moradores da Vila de Mataripe. Enquanto no número geral de associados, 70,4% foram classificados como pretos e pardos, entre os moradores da vila eles eram 59% e o número de brancos saltou de 29,6% para 40%. Esses dados demonstram o caráter mais seletivo da Vila de Mataripe, que foi menos permeável aos trabalhadores negros e com menor grau de instrução e qualificação.

Outra característica que chama atenção diz respeito aos setores de trabalho e às funções dos empregados que tiveram acesso às casas da Vila. Foram encontrados trabalhadores dos setores de saúde, operação, manutenção e administração, o que nos leva a crer que esses eram os setores de maior relevância da refinaria e que, portanto, não poderiam parar caso ocorresse algum imprevisto. A diversificação das funções dos

---

<sup>129</sup> CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO. *Relatório de 1950*. S/l: S/e, 1951, p 60.

<sup>130</sup> COSTA, op. cit., p. 133-134.

<sup>131</sup> CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO. *Relatório de 1949*. S/l: S/e, 1950, pp. 13-14.

moradores (31 ao todo) também sugere que uma das preocupações que levava à construção da Vila dizia respeito à necessidade dos gestores da usina terem à mão sempre que preciso homens-chaves de variadas funções. Essa impressão se reforça pelo fato de que nenhum dos moradores exercia funções de baixo prestígio e fácil reposição. Os mais baixos níveis hierárquicos que encontramos, foram os auxiliares de operador e de profissionais de manutenção.

A estratégia de construção de vilas operárias não era nenhuma novidade nas relações de trabalho brasileiras. Essa forma de gestão da mão-de-obra já havia sido aplicada em outras ocasiões e Leite Lopes aponta – em seu estudo sobre os trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista em Pernambuco – que um dos trunfos mais relevantes para a empresa que adotava o sistema de vilas-operárias era exatamente que essa extensão de domínio para o espaço de moradia garantia a disponibilidade dos trabalhadores para qualquer emergência eventual. Morar na Vila trazia consigo “obrigações econômicas e não econômicas geralmente não explicitadas em contrato”, o que tinha como implicação “uma interferência direta e visível da administração da fábrica sobre a vida social extra-fábrica dos trabalhadores”.<sup>132</sup> Mataripe não fugiu a essa regra. Parece-nos ter sido comum a convocação de trabalhadores em seus momentos de descanso e lazer para atividades emergenciais na fábrica. Um dos episódios relatado por Eunápio Costa revela com bastante riqueza esta faceta.

No caso intitulado “Cadê o fogo?”, o memorialista conta uma brincadeira feita certa vez por um engenheiro chamado Andrade, “que mais tarde viria a ser um dos diretores da Petrobrás”. Ele decidiu, em uma noite em que comandava a unidade 4, “dar um trote no seu auxiliar que morava na vila e estava gozando merecida folga, ao lado da esposa, fazendo só Deus sabe o quê”. Pegou, então, o telefone e disse ao seu subordinado: “desça urgente que tem fogo em sua unidade”. O alvo do trote era um operador-chefe que, de acordo com Eunápio, “dado seu alto grau de responsabilidade, era um daqueles muitos que se sentiam realmente responsáveis pelo bom andamento da sua unidade”, por isso “independente de se tratar ou não de horário de trabalho” ele não titubeou e se deslocou rapidamente à unidade em questão. Chegou esbaforido no local, perguntando onde tinha fogo. Aí o

---

<sup>132</sup> LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Rio de Janeiro: Marco Zero; Brasília: Editora da Unb, 1988, p. 17.

engenheiro puxou-o pelo braço, abriu uma fornalha e disse: “é aí dentro, o fogo!”. O operador chefe, que não teve seu nome revelado, não gostou nem um pouco da brincadeira e “ficou uma arara”, mas saiu sem “desabafar”. Segundo Eunápio, não se sabe se “devido ao engasgo provocado pela raiva ou se porque o chefe... era o chefe”.<sup>133</sup>

Este evento ilustra com muita propriedade várias situações presentes em Mataripe. A primeira delas era o estado de permanente vigília que o trabalhador era submetido, pois mesmo em seus momentos de descanso deveria estar a postos para qualquer chamado em caráter de urgência. Além disso, por ser uma empresa estatal, logo, considerada propriedade de todos os brasileiros, inclusive do operário, a sua responsabilidade era redobrada. Por fim, mais uma vez é reforçada a posição de poder do engenheiro, pois mesmo o operador não tendo gostado nem um pouco da brincadeira, não pôde extravasar sua insatisfação. E quando depois decidiu apresentar uma queixa contra o engenheiro, o processo após muito tempo sem definição “‘sumiu’ misteriosamente, ficando o caso encerrado”.<sup>134</sup>

Apesar de haver entre as empresas estatais uma grande preocupação em estender o domínio sobre os trabalhadores para além do espaço produtivo, o caminho das vilas operárias não foi uma unanimidade. No caso da Fábrica Nacional de Motores, na sua fase de instalação, identificada como Tempo do Brigadeiro, havia o projeto de construção de uma grande cidade, a “Cidade dos Motores”. Neste caso, o caminho das vilas operárias foi desconsiderado. O Brigadeiro Guedes Muniz, seguindo conselhos do urbanista Atílio Correia e Lima, descartou o modelo de casas individualizadas, pois considerava que o pequeno quintal que geralmente não era cultivado, só servia para acumular “entulhos e trastes velhos”. Para ele, a construção de “apartamentos modernos e confortáveis” para alojar vinte e cinco mil pessoas no mesmo terreno onde normalmente seriam alojadas cinco mil era a melhor opção. A idéia, contudo, não vingou. As mudanças políticas ocorridas no Brasil do pós-guerra fizeram com que os planos do brigadeiro fossem abandonados. Somente na segunda fase dessa indústria, com a chegada de operários casados e a partir de uma reorientação das suas necessidades de produção foi que as vilas operárias começaram a ser construídas.<sup>135</sup>

---

<sup>133</sup> COSTA, op. cit. p. 52.

<sup>134</sup> Ibidem.

<sup>135</sup> RAMALHO, op. cit., p. 49-57 e 96-111.

Na Usina de Volta Redonda, a construção de uma cidade – a Cidade do Aço – também fez parte dos planos de seus construtores. Diferentemente da Fábrica Nacional de Motores, esse projeto foi concretizado. Desde o início pensou-se na construção de vilas operárias. No que diz respeito às casas, aconteceu um fenômeno semelhante ao de Mataripe e é possível até mesmo supor que aquele tenha servido de exemplo para este. Na Cidade do Aço foram construídas moradias “segundo padrões diferenciados, obedecendo à hierarquia da empresa”. Essa foi uma das principais formas de, juntamente com outra série de benefícios, atrair os trabalhadores mais qualificados e fixá-los em seu local de trabalho.<sup>136</sup>

Em iniciativas como a de Mataripe, falavam alto também preocupações com questões da saúde. Por isso mesmo, no relatório de 1951, a Refinaria de Mataripe foi lembrada como uma das grandes realizações do Brasil industrial que se formava e, portanto, “pelos altos objetivos que a justificam [...] a assistência médica e social [...] se constituiu em poderoso elemento de colaboração para o êxito da administração em suas relações com o operariado”. Para isso foi construído imediatamente um ambulatório, mais tarde transformado no Hospital de Mataripe, e já estavam previstas a edificação de um lactário e de uma pequena maternidade, por conta do aumento de moradores que seria proporcionado pela ampliação da vila residencial. Ações dessa ordem se encaixavam perfeitamente no projeto político e no discurso varguista. Era o Estado se esforçando para garantir as condições mínimas para que o trabalhador local contribuísse para o progresso do país.

Por isso mesmo as casas das vilas eram objeto de “fiscalização intensiva do estado de higiene” como forma complementar de prevenção de males como o tifo e a varíola.<sup>137</sup> Conforme identifica Telma de Barros Correia, uma importante característica dos núcleos fabris era a preocupação com aspectos da assistência médica e da educação, o que permitia “uma ingerência externa direta sobre o corpo e o modo de ser da família operária”.<sup>138</sup>

Seguindo essa regra, a estratégia de dominação de Mataripe compreendia a interligação das práticas que preveniam problemas tanto da higiene física quanto da “higiene do espírito”. Daí podemos compreender a necessidade da presença dos freis Rufino

---

<sup>136</sup> MOREL, op. cit., pp. 57-58.

<sup>137</sup> Relatório de funcionamento da Refinaria Nacional de Petróleo do ano de 1951, fl. 14-15.

<sup>138</sup> CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: plano e cotidiano operário no Sertão*. Campinas: Papirus, 1998, p. 143.

e Juvêncio, responsáveis pela Capela de Mataripe.<sup>139</sup> Além disso, em julho de 1954, exatamente no início das atividades da Petrobrás, a sua diretoria considerou a “necessidade imperiosa de construção imediata de um grupo escolar” para abrigar “a população infantil de Mataripe em idade de instrução primária”. Para tanto, autorizou o seu presidente a estabelecer, juntamente com o Ministro da Educação, os parâmetros para a construção de um prédio escolar para os filhos dos funcionários.<sup>140</sup> Não dispomos de informações mais aprofundadas sobre o papel da capela e da escola no controle educacional e moral dos moradores da Vila de Mataripe, mas a existência de ambas representa uma evidência significativa de que as preocupações dos construtores e gestores da refinaria iam além de aspectos meramente relacionados à distância da unidade fabril dos grandes centros urbanos.

De acordo com José Sérgio Leite Lopes, o sistema de fábricas com vilas-operárias apareceu como um instrumento bastante eficaz no controle sobre os operários, também por parte da iniciativa privada. O autor apresenta vários motivos que explicam o interesse e a recorrente utilização deste expediente. Ele demonstra que nessa experiência não era somente a moradia que estava em jogo. Tratava-se de um conjunto de acessórios importantes para a reprodução social da força de trabalho, bem como para o conforto dos trabalhadores:

A água, a lenha, a luz elétrica são geralmente controlados por essas fábricas e podem tornar-se objetos de um preço, objetos de racionamento ou de uma diferenciação entre os operários favorecidos ou não com algum desses recursos, ou objetos de uma pressão a ser exercida nos casos de conflito coletivo, de greve, com a ameaça de suspensão do fornecimento de alguns desses recursos.<sup>141</sup>

Mataripe não escapava de muitas dessas características apontadas pelo pesquisador. Eunápio Costa, ao descrever como era a usina em seus primeiros anos, demonstra alguns pontos importantes para a nossa reflexão. O memorialista conta que morar na Vila de Mataripe era um privilégio dos mais graduados, e que estes recebiam “roupas de cama, ovos, verduras, faqueiro completo que era trocado anualmente”; além disso, eles “não pagavam água nem luz”. Ainda dentro do sistema de concessão de

---

<sup>139</sup> COSTA, op. cit., p. 135.

<sup>140</sup> Resolução 6/54, Petrobrás, 05 de julho de 1954. CPDOC-FGV, AL pda 1954.04.02, doc. II7.

<sup>141</sup> LOPES, José Sérgio Leite. *Fábrica com vila-operária: consideração sobre uma forma de servidão burguesa*. In: Idem (Org.). *Mudança social no Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 58.

“vantagens”, a Refinaria “mantinha uma horta, um estábulo, uma pocilga”. Parte desses benefícios não era somente para os moradores da Vila. “Tíquetes de gás, gasolina, e carne, cujos valores eram simbólicos e descontados nos vencimentos”, também eram estendidos àqueles que não tinham casa na Vila.<sup>142</sup>

Em obra comemorativa dos 50 anos da Refinaria, a historiadora Nanci Sento Sé de Assis apresenta um estudo sobre a Vila de Mataripe e suas formas de sociabilidade.<sup>143</sup> A autora enfatiza em seu artigo os pontos de harmonia e concórdia entre os trabalhadores das mais diferentes graduações hierárquicas. Isso acontece, sem dúvida, porque se trata de obra encomendada pela direção da empresa, logo, os aspectos considerados mais conflituosos naquela experiência e que, portanto, não interessaram à tentativa de construção de uma memória positiva sobre o passado da empresa deviam ser negligenciados por aquele trabalho. Mesmo assim, a pesquisadora apresenta características importantes da Vila de Mataripe e fornece pistas que nos permitem ir além das suas formulações e identificar importantes pontos de tensão que se reproduziam ou que nasciam da concessão de espaços diferenciados e hierarquizados de moradia por parte da empresa.

É ela que demonstra, mesmo que indiretamente, uma lógica segregacionista que se apresentava na separação entre os clubes dos engenheiros e o clube dos operários, que reforçava as oposições de identidades entre peões e engenheiros. Também demonstra a existência de divisões em outros locais de lazer. O cinema de Mataripe, por exemplo, construído ainda nos primeiros anos de existência da Refinaria, tinha lugares diferenciados, definidos de acordo com a posição do expectador na hierarquia da empresa. Além disso, demonstra que existiam ruas, destinadas à moradia de engenheiros e dos técnicos norte-americanos (a Rua dos Gringos) às quais os operários em geral não tinham acesso. Isso era garantido pela presença de guardas, que tinham a responsabilidade de afastar aqueles que insistissem em contrariar as normas.

O operador aposentado Gonçalo dos Santos Melo nos contou alguns detalhes sobre essas ruas específicas: “Inclusive lá em Mataripe, quando eu cheguei, habitavam lá, tinha uma rua só de casas americanas, até o modelo das casas era diferente e eles tinham essas

---

<sup>142</sup> COSTA, op. cit., p. 134-135.

<sup>143</sup> ASSIS, Nanci Rita Sento Sé de. Vila nova, vida nova. In: MATTOS, Wilson (et. al.). *Uma luz na noite do Brasil: Refinaria Landulpho Alves 50 anos de história*. Salvador: Solisluna Design e Editora, 2000, p. 126-156.

casas lá como morada e trabalhavam na refinaria”. Indagado sobre o clima entre brasileiros e estadunidenses, ele foi categórico em afirmar que:

Era péssimo! Porque existia o ranço, hoje a gente sabe que excluindo Bush o povo americano não é tão ruim assim. Mas naquela época tinha a idéia de que o americano era imperialista, era tomador da riqueza alheia [...] Então isso a gente tinha na mente do trabalhador, ao ponto daquele pessoal mais exaltado quando vinha à noite da... dos bares, dos clubes quando passava pela rua, passava gritando, fazendo algazarra, xingando: ‘americano, filho da puta, não sei o quê!’<sup>144</sup>

Podemos inferir nesse comportamento relatado uma espécie de dupla insatisfação do trabalhador local que se materializava em uma única estratégia de enfrentamento, os xingamentos para perturbar o sossego dos “gringos”. Ao mesmo tempo em que existia um discurso aceito por vários setores da sociedade que apresentava os Estados Unidos como interessados em usurpar as riquezas minerais brasileiras e os norte-americanos que trabalhavam em atividades ligadas ao petróleo no Brasil como agentes dos “trustes”, existia também um certo incômodo por parte dos brasileiros diante das possíveis regalias concedidas aos “gringos”, em contraposição a um regime de trabalho mais duro dispensado a eles. Os momentos de farra e bebedeira, onde as doses de álcool no corpo espantavam ou diminuíaam o medo da represália, serviam para que os trabalhadores extravasassem esse misto de desconfiança, rancor e insatisfação, usando palavras de ordem semelhantes àquelas proferidas pelos membros das campanhas de defesa do petróleo nacional.

Tais separações acentuavam-se ainda mais quando observamos os espaços de moradia dos menos qualificados. Se a maioria deles não tinha acesso à vila, restava, portanto, como estratégia para se instalar próximo ao local de trabalho e evitar a desgastante viagem até Salvador ou às cidades vizinhas, ocupar uma das vagas dos alojamentos. Eram três ao todo: os alojamentos 88, 120 e 200. Eles tornaram-se importantes locais de conagração e discussão entre os trabalhadores. Conversas, cantorias, campeonatos de baralho e dominó entretinham os moradores. A própria idéia de criação de um sindicato que garantisse o cumprimento dos direitos da categoria surgiu nos alojamentos, bem como a cobrança das contribuições sindicais, no período de maior

---

<sup>144</sup> Depoimento do operador Gonçalo dos Santos Melo, lotado na Refinaria de Mataripe e contratado pela empresa em 1958. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 01 de agosto de 2006.

dificuldade de atuação das entidades de classe, era feita escondida, atrás das máquinas, ou à noite, nos alojamentos.<sup>145</sup>

Ou seja, o procedimento dos gestores da empresa – separando alojamentos, refeitórios e clubes de acordo com a função hierárquica – se por um lado tinha a intenção de demarcar possíveis diferenças de tratamento, acabou garantindo aos trabalhadores um espaço privilegiado, pois longe dos olhos dos chefes. Eles tinham maior liberdade para expor suas insatisfações uns aos outros e pensar em alternativas para os seus problemas. Tempos depois, os próprios gestores perceberam essa brecha e tentaram resolver a questão, pelo menos nos refeitórios. Os operários foram impedidos de almoçar ou jantar sem nenhum superior por perto. De acordo com Assis, a diretoria da empresa “fez a distribuição dos grupos de trabalhadores por setores ou seções, acompanhados dos seus respectivos chefes, durante as refeições, o que passou a evitar tumultos”.<sup>146</sup>

Uma outra oportunidade de moradia próxima à refinaria foi arranjada pelos trabalhadores menos graduados. Muitos funcionários, já no início da década de 1950, passaram a residir em um pequeno vilarejo, situado na outra margem do Rio Mataripe, originalmente uma vila de pescadores com “umas cinco casas de moradores antigos, (...) muitos coqueiros e mangue”. Com a instalação da Refinaria os operários menos graduados aproveitaram os terrenos livres e começaram a construir suas residências. Esse local logo foi batizado de Vila Niterói. Esse nome foi dado possivelmente pelos operários vindos do Rio de Janeiro, que ao verem a fisionomia e notado a sua precariedade e inferioridade em relação à Vila de Mataripe fizeram uma associação entre as cidades de Rio de Janeiro e Niterói. Acreditamos que este “batismo” também represente um certo sentimento de superioridade que seria figurativamente representado pela reprodução da idéia de que o Rio de Janeiro era superior a sua vizinha Niterói.

Segundo Costa, “em pouco tempo Niterói já era uma vila relativamente grande e, como todas as invasões, muito mal estruturada, desordenada”, contando com “casas miseráveis, improvisadas, muitas de ‘sopapo’<sup>147</sup> (estrutura de varas, enchidas com barro aplicado de mão), começavam a surgir numa rapidez incrível, infra-estrutura, que é bom,

---

<sup>145</sup> Depoimento de Flordivaldo Maciel Dultra, já citado. Ver também: OLIVEIRA JR, Franklin. *A usina dos sonhos: sindicalismo petroleiro na Bahia (1954-1964)*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1996, p. 61.

<sup>146</sup> ASSIS, op. cit., p. 133.

<sup>147</sup> Conhecida em várias localidades do Nordeste como casas de pau-a pique.

nenhuma”.<sup>148</sup> Não dispomos de nenhum dado sobre a quantidade de casas existentes na Vila Niterói, portanto, não é possível saber qual o seu peso numérico como local de moradia. As recorrentes menções a ela, contudo, nos levam a crer que se ela não foi numericamente grande, merece destaque pelo menos por conta do seu papel no imaginário dos petroleiros.

Encontramos vinte e oito moradores da Vila Niterói dentre os filiados do Sindipetro/Refino, o que ajuda a iluminar questões relacionadas à diferenciação entre os operários. No indicativo de função desempenhada na empresa, apenas dois deles exerciam funções de destaque dentro do sistema de produção e manutenção: um contramestre e um eletricitista. A maioria exercia funções que exigiam uma menor qualificação e que eram, portanto, menos valorizadas. Encontramos na vila seis ajudantes diversos, cinco serventes, um trabalhador braçal, dois vigilantes e um copeiro. Porém são os dados relacionados à instrução os que revelam com muito mais contundência as diferenças entre os moradores da Vila Niterói e os da Vila de Mataripe.

TABELA 2: GRAU DE INSTRUÇÃO DOS MORADORES DAS VILAS NITERÓI, MATARIPE E DE TODOS OS ASSOCIADOS DO SINDIPETRO/REFINO

<i>Nível de instrução</i>	<i>Vila Niterói (%)</i>	<i>Vila Mataripe (%)</i>	<i>Associados do Sindipetro</i>
Analfabetos	1 (4,2%)	0 (0)	26 (1,5%)
Alfabetizados	4 (16,7%)	2 (3,7%)	66 (3,7%)
Primário	16 (66,6%)	24 (45,3%)	1124 (63,3%)
Ginásial	1 (4,2%)	3 (5,7%)	131 (7,3%)
Secundário	2 (8,3%)	21 (39,6%)	388 (21,8%)
Superior	0 (0)	3 (5,7%)	43 (2,4)
<b>Total*</b>	<b>24 (100)</b>	<b>53 (100)</b>	<b>1778 (100)</b>

\* Totais referentes aos associados que tiveram a sua escolaridade declarada na ficha de filiação.

**Fonte:** Fichas de filiação sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Refinação e Destilação do Petróleo do Estado da Bahia (Sindipetro – Refino).

Conforme podemos observar, entre os moradores da Vila Niterói o percentual de pessoas que não passaram da escola primária era superior ao encontrado tanto na Vila de Mataripe quanto no quadro geral dos associados do Sindipetro. Essa baixa taxa de

<sup>148</sup> COSTA, op. cit., p. 135-136.

escolaridade associada à posição ocupada no espaço produtivo da refinaria indica que as referências às condições de inferioridade dos seus moradores fazem bastante sentido. Podemos até mesmo afirmar que a Vila de Niterói era um dos locais de moradia dos *laborés*. Por outro lado, quando focamos a cor dos funcionários residentes nas diferentes vilas vemos que a associação perversa entre cor da pele e baixa escolaridade dos indivíduos existente na sociedade baiana era reforçada na Refinaria pelas distinções de moradia. Enquanto pretos e pardos perfaziam juntos na Vila de Mataripe um total de 59%, em Niterói este número subia para 80,8%, ficando acima, inclusive, dos números gerais do quadro de associados, onde o somatório de pretos e pardos atingiu 70,4%.

O poder da empresa sobre a moradia (real ou imaginário) e as diferenças entre os habitantes da Vila e os outros trabalhadores evidenciaram-se em momentos de conflito aberto e tensão. Em novembro de 1960 o Sindipetro/Refino decidiu deflagrar uma greve, buscando, sob o *slogan* “equipara ou aqui pára”, a equiparação salarial dos trabalhadores da Bahia com os trabalhadores da Refinaria de Cubatão. Quando começaram as articulações para a paralisação, surgiu em meio à categoria um forte boato de que os operadores que moravam em Mataripe não participariam do movimento por temerem retaliações por parte da diretoria, inclusive, a perda da moradia. A estratégia adotada pelos dirigentes sindicais para garantir a participação dos colegas no movimento foi mostrar cópias dos contratos dos operários de São Paulo, indicando quanto os trabalhadores de Mataripe iriam ganhar caso o movimento fosse bem sucedido. Os sindicalistas argumentaram também que muito embora a casa fosse propriedade da empresa, o lar pertencia ao trabalhador. Portanto, ninguém poderia entrar nas casas para obrigar os moradores a trabalhar, nem para expulsá-los arbitrariamente do local onde viviam.

Lutando contra a estratégia da empresa de garantir maior fidelidade dos trabalhadores pela concessão de moradia, a campanha do sindicato foi bem sucedida em quebrar a desconfiança que o boato traduzia e em cimentar uma solidariedade que ultrapassava as fronteiras da Vila. Os moradores de Mataripe não só participaram da greve, como também criaram uma rede de envio de alimentos para os grevistas que permaneceram dentro da refinaria a fim de garantir a paralisação das atividades.<sup>149</sup>

---

<sup>149</sup> Depoimento de Raimundo Lopes, já citado.

Para que problemas dessa ordem e as sensíveis diferenças de tratamento baseados na hierarquia de trabalho e nos diferentes graus de qualificação não fossem sentidos de forma muito flagrante, a empresa investiu na construção de símbolos e idéias que tornassem tais diferenças justificáveis. O conjunto de trabalhadores precisava se ver como construtor de algo muito mais elevado, pois a honra do empreendimento era maior do que quaisquer questões ou dificuldades de ordem pessoal. Os petroleiros trabalhavam para o crescimento do Brasil, o povo brasileiro era seu patrão, e por isso mesmo o caminho da colaboração entre gestores e trabalhadores deveria ser inevitável.

### O PATERNALISMO E O NACIONALISMO: ESTRATÉGIAS “INVISÍVEIS” DE DOMINAÇÃO

Em famoso e instigante ensaio sobre a sociedade soteropolitana e a sua representação dos conflitos de classe, o sociólogo e economista pernambucano Francisco de Oliveira carrega nas tintas ao criticar as características da chamada “baianidade”. O foco inicial de sua análise é a instalação da indústria petrolífera no Recôncavo. Para ele, as mudanças que poderiam surgir com o início dessas atividades não vieram e a sociedade pesquisada continuou demonstrando em suas relações de classe elementos tipicamente identificados com o seu passado escravista e com a informalidade. Por conta disso, os conflitos de classe acabaram mascarados por uma certa malemolência do tratamento pessoal e por relações pessoais.

O autor interpreta que o início das relações de trabalho nitidamente capitalistas, impulsionado pelas atividades da Petrobrás, poderiam ter sido um marco nas relações de classe do estado. No entanto, os trabalhadores da estatal, através de seus sindicatos, não assumiram a suposta missão de enfrentamento classista. Os salários que recebiam eram bastante acima da faixa praticada no estado e, além disso, houve uma série de concessões por parte da empresa que iam além da previdência comum, uma espécie de “superprevidência social”. Ademais existia o nacionalismo, que impedia os trabalhadores de identificarem a empresa como um inimigo. Com isso, não houve a constituição da identidade de classe entre os petroleiros. Francisco de Oliveira indica que suas greves eram políticas e tinham como mote o “apoio ao regime populista, contra o Fundo Monetário Internacional, de apoio a outras categorias de trabalhadores, contra a direita”.

Exatamente por isso, os trabalhadores representavam tão somente a empresa. Os conflitos de classe estavam mascarados, as lideranças sindicais cooptadas, o patrão não existia como um burguês e não era reconhecido pelos trabalhadores, por fim o sindicato não representava a classe. Os sindicatos eram, ainda segundo Francisco de Oliveira, meras correias de transmissão. Até mesmo os seus representantes eleitos para cargos parlamentares jamais fizeram “a mínima crítica à empresa do ponto de vista de suas relações com os operários, os empregados, os funcionários”.<sup>150</sup> Em síntese, para o autor, nada da atuação política dos petroleiros pôde ser aproveitado.

Essas formulações pecam por alguns motivos. Primeiro, não há no trabalho de Francisco de Oliveira nenhuma comprovação empírica de suas afirmações. Além disso, o autor não conseguiu perceber nesse seu ensaio as sutilezas inerentes às relações de trabalho nas empresas estatais, bem como não identificou que o discurso paternalista da empresa trazia consigo brechas que foram exploradas pelos dirigentes sindicais para atender demandas específicas do cotidiano de trabalho da categoria petroleira. Para entendermos um pouco como essa complexa relação foi construída, é importante observarmos alguns dos principais elementos do discurso de legitimação da indústria petrolífera sob o comando estatal.

Partiremos, portanto, de 23 de junho de 1952, quando os campos de produção de petróleo em Candeias e a Refinaria de Mataripe receberam uma importante visita. Tratava-se de uma comitiva composta por governadores de estados, militares, técnicos e engenheiros do petróleo, do presidente do CNP e do então presidente da república Getúlio Vargas. O chefe máximo da nação vinha conhecer pessoalmente os “grandes feitos” que ora se processavam nas proximidades da cidade de Salvador. Sua visita objetivava, também, fortalecer a campanha em defesa da criação da empresa Petrobrás, que deveria substituir o Conselho na exploração e produção de petróleo.

Em discurso dirigido às autoridades, trabalhadores e populares presentes, Vargas lembrou o papel histórico de todas as classes do Recôncavo baiano que, “num movimento nitidamente popular” marcharam “para consolidar a independência nacional”. Segundo o presidente, a libertação do Brasil passava novamente pela Bahia. Só que dessa vez não se

---

<sup>150</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 58-63.

tratava da independência política, mas da econômica. O “solo privilegiado” da Bahia se transformaria em “uma fonte perene de engrandecimento do Brasil”.<sup>151</sup> Vargas recorria, ao se dirigir aos operários e populares presentes, a um dos maiores símbolos da luta política local – o 02 de julho de 1823 – data da vitória sobre as tropas portuguesas que insistiam em permanecer no território brasileiro, considerada pelos baianos um marco na formação do Estado Nacional.<sup>152</sup> A Independência do Brasil na Bahia, evento histórico no qual homens e mulheres, das mais variadas etnias e classes sociais, combateram um inimigo comum em defesa da nação deveria servir de espelho para aqueles que se dedicavam à batalha do petróleo.

Não por acaso o tom colaboracionista já havia emergido na fala que antecedeu o discurso do Presidente da República. O engenheiro Plínio Catanhede, presidente do Conselho Nacional do Petróleo, ressaltou em seu discurso de saudação a Vargas “a satisfação íntima” que sentiam os trabalhadores baianos de “terem sido os pioneiros em uma etapa árdua do nosso desenvolvimento econômico”. Enfatizou também as realizações do presidente que “autorizou a melhoria dos salários dos nossos técnicos de campo” e concedeu aos “trabalhadores e operários do Conselho [...] as garantias da legislação do trabalho”.<sup>153</sup> Apareciam, portanto, com pujança as bandeiras dos direitos sociais e do engrandecimento da nação, que eram os pilares fundamentais do projeto getulista de integração dos trabalhadores ao desenvolvimento industrial do país, e que dentro das empresas estatais ganhavam uma conotação ainda mais forte.

Catanhede falava ao presidente em nome dos trabalhadores. Ressaltava a importância do trabalho dos petroleiros e agradecia ao chefe da Nação pelos benefícios concedidos. Esse era o *script* do projeto do trabalhismo. Uns trabalhavam e agradeciam, outros percebiam necessidades dos trabalhadores, antevendo problemas e convulsões sociais, e concediam dádivas. Era a ideologia da outorga, que pretendia apagar a ação e a capacidade de exposição de demandas da própria classe operária, colocando o Estado como

---

<sup>151</sup> O Observador Econômico e Financeiro, separata especial “A propósito de uma visita”, julho de 1952, p. 16.

<sup>152</sup> Sobre como as comemorações do 02 de julho ganharam, no decorrer do século XIX, um caráter popular ver: KRAAY, Hendrik. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do dois de julho em Salvador, século XIX. *Afro-Ásia*. Salvador, vol. 1, nº 23, p. 47-86, 1999.

<sup>153</sup> O Observador Econômico e Financeiro, separata especial “A propósito de uma visita”, julho de 1952, p. 13.

demiurgo das alterações no mundo do trabalho brasileiro.<sup>154</sup> Previa uma forma de relacionamento de mão dupla como o caminho para uma sociedade harmônica. O presidente previa as necessidades dos trabalhadores e assim prevenia as convulsões sociais. Faltava aos trabalhadores fazerem sua parte. Precisavam aceitar os “presentes” e demonstrar gratidão e obediência. Quem assim não agisse, estaria descumprindo “uma obrigação social” e, através de “um ato egoísta”, quebrando um ciclo de reciprocidade.<sup>155</sup>

Exatamente por isso, ações de caráter reivindicativo poderiam ser entendidas como elementos que desagregariam o bom andamento das relações “familiares” construídas pelos dirigentes e que deveriam ser aceitas pelos trabalhadores. Como as necessidades dos trabalhadores eram atendidas antes mesmo de serem reivindicadas não havia a necessidade de qualquer órgão de representação de classe. Wilton Valença, sondador que mais tarde se tornaria dirigente sindical, conta que os primeiros trabalhadores que se mobilizaram para organizar o sindicato encontraram dificuldades porque chefes de campo colocavam-se contra, sob a justificativa de que sua existência era desnecessária, uma vez que a empresa, que era uma verdadeira família, concedia todos os benefícios antes mesmo que eles fossem reivindicados.<sup>156</sup>

O aumento salarial e as garantias da legislação trabalhista concedidos pela direção da empresa tinham de ser entendidos pelos operários como uma prova de que a harmonia e a concórdia do ambiente de trabalho não deveriam ser alteradas por sentimentos que serviriam, na verdade, para desagregar a união pela causa maior. A própria dimensão obtida pela questão do petróleo no Brasil ajuda-nos a entender a força destes argumentos. Como sabemos, foram muitos os debates acalorados sobre a existência do petróleo no país e sobre a forma de sua exploração. Além disso, estes debates eram coevos à consolidação dos campos de extração do Recôncavo e à construção e ampliações de Mataripe. Volta e meia, falava-se das sabotagens dos trustes, do entreguismo de alguns brasileiros e da necessidade de concentrar forças em torno da defesa dos interesses nacionais.

Essa fase inicial da história do petróleo brasileiro, marcada pela polêmica, ajudou a fortalecer o nacionalismo que permeava as relações de trabalho. Contudo, a forma como ele

---

<sup>154</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 4ª Edição Revista, 1999, p. 57-62.

<sup>155</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 227-228.

<sup>156</sup> Boletim Especial, Stiep 40 anos, 1997, p. 4.

foi abraçado pelo conjunto dos trabalhadores não foi homogênea. A percepção e o interesse pelo assunto variavam entre os trabalhadores. O grau de engajamento de cada um poderia ser definido pela posição na escala de produção, e pelo envolvimento com temas da alta política e da política sindical, dentre outros fatores. Aqueles que viveram experiências de trabalho mais duras, que receberam poucas “recompensas”, ou que não tiveram participação efetiva na vida sindical tendem a minimizar a importância do nacionalismo, apesar de reconhecerem sua existência.

Em 1954, no momento em que o CNP transferia as responsabilidades dos trabalhos da indústria petrolífera para a Petrobrás, a preocupação com a forma de lidar com os trabalhadores voltou a aparecer. Em uma espécie de termo de compromisso, que trazia regras que deveriam ser respeitadas pelos diretores da empresa definia-se que ela deveria seguir em sua face social a doutrina social da Igreja Católica, prevendo uma “justa distribuição dos lucros entre o capital e o trabalho”.<sup>157</sup>

Isso quer dizer que a fim de evitar conflitos deveriam ser garantidos meios de subsistência e ao mesmo tempo compensações financeiras que facilitassem a aceitação por parte dos funcionários do pacto político subjacente às relações de trabalho das empresas estatais. De acordo com a intenção dos gestores da Petrobrás, os trabalhadores deveriam aceitar regras que, na verdade, significavam a exploração da força de trabalho, inerentes às relações fabris de produção. Essa aceitação pode ser entendida pelo que Leite Lopes chamou de “interiorização da dominação”. Ela consiste basicamente na adoção dos símbolos e dos discursos do empregador como forma de justificar a sua própria condição de subalternidade. Em muitos casos, aponta Lopes, esse processo abriu brechas para algo que ele chama de “microfísica da resistência”. Tratava-se de pequenos atos que não questionavam diretamente o poder instituído e que se valem, inclusive, da idéia de subalternidade inerente à relação de dominação para obter vantagens, mas que funcionavam como uma forma de afirmação da capacidade do operário em lidar com situações complicadas.<sup>158</sup>

A presença de práticas e discursos paternalistas em outros casos das empresas estatais de primeira geração já estudadas nos impeliu a realizar uma análise sobre a possibilidade de entendermos o caso da indústria do petróleo baiano através desse conceito.

---

<sup>157</sup> Regras a serem aceitas pela primeira Diretoria da Petrobrás, 04 de maio de 1954. CPDOC-FGV, AL pda 1954.04.02, doc. I58.

<sup>158</sup> LOPES (1988), op. cit., p. 74-81.

Para isso, as formulações propostas por Michelle Perrot serão bastante relevantes. De acordo com a autora, quando os trabalhadores franceses, na virada do século XIX para o século XX, se exprimiam acerca dos seus patrões predominava o sentimento hostil, mas sua presença não era exclusiva. O *paternalismo* nas relações de trabalho e a conseqüente diluição das hostilidades também existia e se apresentava como “um dos sistemas mais importantes de relações sociais de trabalho”. Ainda segundo Perrot, a caracterização do paternalismo envolve a presença física do patrão no local de trabalho, práticas e discursos que ressaltem a existência de uma família, e a adesão dos trabalhadores a esse modo de organização.<sup>159</sup> Essas características do caso francês existiram nas experiências de muitas unidades fabris criadas pelo Estado brasileiro em meados do século XX. Esse movimento consubstanciou-se, em certa medida, no que Burawoy identificou como uma tendência do capitalismo do século, que ao invés de adotar estratégias de dominação através da coerção preferiu o caminho do consenso.<sup>160</sup>

Conforme já observamos até aqui, a tentativa da Petrobrás de promover a colaboração entre trabalhadores e chefes a fim de fortalecer a defesa nacional pode ser entendida como um aspecto importante para a idéia de família sugerida por Perrot. As menções à união em torno de uma causa e ao bom clima de trabalho são bastante comuns nas falas da primeira geração de trabalhadores. Dentro do projeto Memória dos Trabalhadores da Petrobrás,<sup>161</sup> por exemplo, notamos vários depoimentos que fazem esse caminho, como é o caso do motorista e operador Geraldo Alves Leal. De acordo com ele:

A convivência era muito boa, todo mundo se entendia, não tinha briga. Você via um alojamento daquele, com mais de 40 funcionários, gente ali dormindo, e não tinha briga, não tinha nada.[...] Na empresa, nunca vi ninguém brigar. Trabalhava muita gente, mas todo mundo era cordeiro, todo mundo acompanhava o ritmo do seu setor e ninguém brigava.<sup>162</sup>

---

<sup>159</sup> PERROT, Michelle. “O olhar do outro: os patrões franceses vistos pelos operários (1880-1914). In: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª Ed., 2006, pp. 82-83.

<sup>160</sup> BURAWOY, Michael. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 1, nº 13, pp. 29-50, 1990.

<sup>161</sup> O projeto Memória dos Trabalhadores da Petrobrás é uma iniciativa da empresa, em colaboração com a Federação Única dos Petroleiros (FUP), iniciado em 2003 como parte das comemorações pelos cinquenta anos da empresa. Consiste na construção de um banco de entrevistas, na reunião de documentos textuais e fotografias fornecidos pelos próprios trabalhadores. O resultado desse trabalho foi a publicação de um livro e construção de uma página na Internet, com parte dos dados encontrados disponibilizados para pesquisa.

<sup>162</sup> Entrevista de Geraldo Leal, concedida à equipe de trabalho do Memória dos Trabalhadores da Petrobrás, disponível em: <http://memoria.petrobras.com.br/internauta/index.jsp>.

Notamos aí como um trabalhador interiorizou o discurso construído pela empresa. A existência de conflitos e insatisfações é inegável, mas a sua memória reteve a parcela desse discurso oficial, no qual a colaboração, a harmonia e o orgulho em trabalhar para uma empresa do Brasil falaram muito mais alto do que os problemas com colegas ou chefias.<sup>163</sup>

É importante ressaltar que as circunstâncias da coleta do depoimento colaboraram para a emergência dessa visão, pois falar para uma pessoa enviada pela empresa, que tem a intenção de registrar uma memória oficial, acaba gerando uma tendência que induz o operário a ressaltar os aspectos positivos da experiência de trabalho relatada. Mesmo assim, a visão apresentada acima é muito significativa para entendermos a aceitação do discurso oficial da empresa por parte dos operários. Voltando às características apresentadas por Perrot para a existência de um tipo “clássico” de paternalismo, chama atenção aquela que diz respeito à presença do patrão no espaço de trabalho. Ela pressupõe a existência de uma forma de poder personalista, no qual tanto as decisões mais importantes quanto as mais fortuitas são usadas pelo patrão como forma de reafirmar diante dos trabalhadores a sua força e capacidade de liderança. Essa característica certamente é a que mais se afasta do caso da indústria do petróleo baiana.

Diferentemente da Companhia Siderúrgica Nacional e da Fábrica Nacional de Motores, a Refinaria de Mataripe e os campos de extração da Região de Produção da Bahia não tiveram líderes que encarnaram em ações, gestos e discursos o papel de comandante único do processo de industrialização do petróleo. Nem mesmo os superintendentes ou chefes de campo assumiram prerrogativas materiais e simbólicas de únicos comandantes diante dos operários. Essa responsabilidade era dividida entre os chefes de setores, que partilhavam entre si a responsabilidade inerente ao posto. É evidente que isso não impedia que cada chefe, dentro da área que lhe competia, assumisse as vestes de grande líder, responsável paternal pelos cuidados no ambiente de trabalho e dos próprios trabalhadores.

Todavia, essa particularidade estava aliada a um segundo componente – esse sim comum às outras empresas estatais do período – que enriquecia consideravelmente a trama social das relações de trabalho nas indústrias estatais. Falamos da idéia fortemente difundida de que o trabalhador de uma empresa estatal servia ao Brasil. Ramalho afirma que

---

<sup>163</sup> Aspecto semelhante nos depoimentos dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional foi identificado em: ALBERTI, Verena. A construção da grande siderurgia e o orgulho de ser brasileiro: entrevistas com pioneiros e construtores da CSN. Rio de Janeiro: CPDOC, 1999.

essa característica conseguiu conferir à perspectiva patronal uma legitimidade ainda maior para empreender o processo de dominação capitalista.<sup>164</sup> Essa dominação, consubstanciada no assalariamento através da extração de mais-valia, estaria, na verdade, disfarçada pela idéia da inexistência de um patrão explorador, afinal os petroleiros trabalhavam para o povo brasileiro.

Scaletsky ao analisar as particularidades da experiência de trabalho na Petrobrás, tenta identificar quais os personagens da empresa assumem a função de patrão e passam a ser assim identificados nas representações dos petroleiros e de suas entidades de classe.<sup>165</sup> Para isso, recorre a Carmen Alveal Contreras, autora que identifica uma bifacialidade nas intervenções estatais no setor produtivo. A primeira face é a pública, na qual os objetivos políticos e macroeconômicos têm papel preponderante. A segunda é a face empresarial que tem marcas microeconômicas e voltadas para o lucro capitalista.<sup>166</sup> A argumentação de Scaletsky demonstra que as gerências da empresa assumiram as prerrogativas patronais. Seu foco de análise está centrado em décadas mais recentes, mas o próprio Scaletsky identifica as origens dessa predominância dos gerentes e engenheiros nos anos iniciais da industrialização do petróleo, ou seja, nas décadas de 1950 e 1960. Nos momentos iniciais da industrialização do petróleo em terras baianas eram exatamente eles que construíam sua autoridade com base no discurso de colaboração pautado no nacionalismo e nas práticas punitivas e compensatórias típicas do paternalismo.

O discurso foi entendido pelos trabalhadores, contudo, de uma forma talvez um pouco diferente daquela desejada pelos gestores. O nacionalismo foi, em grande medida, incorporado e se tornou bandeira de luta dos sindicatos que seriam fundados no solo baiano. O que não impediu que as contradições entre discurso e prática fossem reveladas no dia a dia das relações de trabalho, e que os trabalhadores percebessem as já analisadas diferenças existentes entre eles como também as que existiam entre os homens de Mataripe e os de Cubatão. Já a visão paternalista de que os chefes eram protetores dos seus subordinados não foi tão fixada. Os problemas das mais diversas ordens, existentes em um trabalho pioneiro e marcado em muitas oportunidades pelo imprevisto, obrigaram os

---

<sup>164</sup> RAMALHO, op. cit., p. 17.

<sup>165</sup> SCALETSKY, Eduardo Carnos. *O patrão e o petroleiro: um passeio pela história do trabalho na Petrobrás*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

<sup>166</sup> Cf: CONTRERAS, Edelmira del Carmen Alveal. *Os desbravadores: a Petrobrás e a construção do Brasil industrial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1994, pp. 43-45.

trabalhadores a identificar os responsáveis pelas dificuldades que experimentavam. Entre os gestores e a empresa, escolheram os primeiros. Pouparam de suas críticas a Petrobrás, entendida como patrimônio do povo brasileiro, direcionando suas insatisfações para os chefes, executores sem legitimidade de uma autoridade que só os verdadeiros patriotas deveriam ter. O tratorista Manoel Santos, ao relatar o recorrente problema da alimentação, emite o seguinte comentário:

Trabalho, eu sei o que é trabalho rapaz. A gente pra ir trabalhar aí na Petrobrás não é que não tenha comida, não é por não ter alimentação, que a Petrobrás nunca fez de matar ninguém de fome não. É a administração que era ordinária, a gente ia para o campo, de ir hoje num certo serviço, de passar hoje o dia todo e a comida chegar amanhã. Não era pela Petrobrás, tá entendendo? A Petrobrás nunca fez isso não. A Petrobrás dava punição em quem faz isso com o povo, mas [interrupção]... pois, rapaz, era um negócio sério...

**Entrevistador:** Sim, aí a comida chegava no outro dia...

**Manoel Santos:** Chegava no outro dia e a gente tava tudo cheio de fome ali. Mas não era, ói entenda bem. Não era a Petrobrás que fazia isso, eram os administradores, os funcionários, que era gente ruim mesmo, pronto.<sup>167</sup>

Fica evidente para nós que o discurso de aceitação da dominação nem sempre foi comprado pelos trabalhadores. O nacionalismo podia ser tanto uma estratégia para camuflar a exploração e manter a força de trabalho controlada quanto uma justificativa para os trabalhadores reivindicarem melhorias de tratamento e de condições de trabalho, afinal o próprio discurso trabalhista propagandeava a importância de se ter uma existência minimamente digna. Mesmo sem a presença dos sindicatos nesse período inicial, os trabalhadores conseguiam identificar seus problemas e buscavam maneiras para superá-los.

## CONCLUSÃO

O modelo de gestão de força-de-trabalho adotado na Refinaria de Mataripe e nos campos de extração da Região de Produção da Bahia empregou estratégias de controle que iam para além do espaço produtivo, mas que guardavam com ele certa dose de semelhança. O sistema de tratamento desigual dispensado aos trabalhadores do petróleo foi percebido pelos operários que, mais tarde, no seu processo de construção de identidade sindical,

---

<sup>167</sup> Depoimento do tratorista Manoel Ferreira Santos, lotado na Região de Produção da Bahia e contratado em 1943. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 25 de janeiro de 2008.

souberam utilizar essas questões para construir sua legitimidade e montar estratégias de coesão classista.

Ademais, existia uma forte preocupação com o papel da indústria do petróleo e das empresas estatais no desenvolvimento econômico do país, o que colaborou com formulação de um discurso de matriz nacionalista e paternalista voltado para a aceitação por parte dos trabalhadores do sistema de dominação empregado na estatal do petróleo. Os operários, contudo, baseados em sua própria realidade, interpretaram esse discurso de forma bastante própria. Com isso, as lutas futuras teriam como referencial predominante a interligação dessas questões típicas do cotidiano de trabalho com preocupações relacionadas à política nacionalista.